



Plano Agrícola e Pecuário

2010 - 2011

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Política Agrícola

Missão Mapa

*Promover o desenvolvimento sustentável e a
competitividade do agronegócio em benefício da
sociedade brasileira.*

Plano Agrícola e Pecuário

Agricultura é sustentabilidade e crescimento

2010 - 2011

© 2010 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

Tiragem: 1.000 exemplares
Ano 2010

Elaboração, distribuição, informações:
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 5º andar, sala 504
CEP: 70043-900, Brasília – DF
Tel.: (61) 3218-2505/2507/2559
Fax.: (61) 3224 8414
www.agricultura.gov.br
e-mail: spa@agricultura.gov.br

Central de Relacionamento: 0800 704 1995
Coordenação Editorial: Assessoria de Comunicação Social

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Catálogo na Fonte
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Plano Agrícola e Pecuário 2010-2011 / Ministério da Agricultura, Pecuária
e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília : Mapa/SPA, 2009.
46 p.

Resumo
ISSN 1982-4033

1. Política agrícola. 2. Pecuária. 3. Planejamento agrícola. 4. Crédito rural.
I. Secretaria de Política Agrícola. II. Título.

AGRIS E14
CDU 63:338.2

Sumário

1. Introdução

5

2. Crédito Rural

11

3. Apoio à Comercialização

23

4. Avanços na Gestão de Risco Rural

31

5. Medidas de Infraestrutura

37

6. Medidas Setoriais

41





1

Introdução

1. Introdução

A safra 2010/2011 começa com resultados recordes de produção, um contexto econômico de estabilidade no Brasil e o fato de que o desenvolvimento sustentável deixou de ser ideal e tornou-se realidade para o setor rural.

No Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) apresenta metas e ações que confirmam e reforçam a vocação da produção rural brasileira de conjugar crescimento econômico, responsabilidade social e respeito ao meio ambiente.

Neste ano o plano prevê R\$ 100 bilhões de financiamento para a agricultura empresarial entre 1º de julho de 2010 e 30 de junho de 2011. Um incremento de 8% em relação ao período da safra anterior. Além disso, o volume de recursos de apoio à comercialização aumentou dez vezes.

Desde 2002, o orçamento da União para a produção rural quadruplicou. Há oito anos, foram alocados pelo Governo Federal para a agricultura R\$ 24,7 bilhões. Para esta próxima safra, o total será de R\$ 116 bilhões, incluindo os R\$ 16 bilhões da agricultura familiar.

O resultado dessa atenção especial ao campo é mais riqueza para o País, geração de empregos, uso de melhores tecnologias, respeito à sociobiodiversidade e melhores condições para os agricultores de médio porte e para todo o setor rural brasileiro.

Neste plano agrícola, o Governo Federal reitera o incentivo ao médio produtor, que vai dispor de mais recursos para viabilizar sua produção. É claro que também os grandes produtores terão suas necessidades financeiras atendidas, assim como os pequenos agricultores, que já contam com um programa específico, o Pronaf, no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

O incentivo às práticas agroeconômicas que compatibilizam o aumento de produção e o respeito ao meio ambiente ganha reforço neste Plano Agrícola e Pecuário.

Uma das medidas representativas do novo rumo da agricultura brasileira é a criação do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que vai financiar a produção rural comprometida com a redução dos gases causadores do efeito estufa.

Outra ação importante é o estímulo para que o produtor possa construir áreas de armazenamento na sua fazenda. Com isso, fortalece-se sua capacidade de atuação no mercado.

O Governo Federal também apresenta neste plano o Programa de Financiamento à Estocagem de Etanol Combustível para combater as graves variações sazonais do preço do produto, dando novas condições para garantir-lhe eficácia.

Todos esses programas se juntam a outros de grande valor econômico e ambiental que já têm recebido importante apoio do Governo Federal, como o dos combustíveis renováveis – etanol e biodiesel – e o recém-lançado programa da palma de óleo (dendê).

É de se notar que num período em que os juros na economia são eventualmente crescentes, nenhuma taxa de juros para a agricultura brasileira foi majorada, o que representa um ganho real para o campo.

As conquistas deste plano só foram possíveis pelo trabalho dos técnicos da Secretaria de Política Agrícola (SPA), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – especialmente na elaboração do ABC –, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e, sobretudo, pelo apoio da equipe e dos dirigentes do Ministério da Fazenda.

Objetivos do Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011

- Aumentar o volume total de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sobretudo as taxas controladas;
- Melhorar a liquidez e reduzir os custos financeiros para o produtor;
- Apoiar a comercialização;
- Ampliar a cobertura do seguro rural;
- Reforçar o apoio ao médio produtor rural;
- Estimular o desenvolvimento sustentável da agropecuária, incentivando especialmente a agricultura de baixo carbono;
- Incentivar as boas práticas agrícolas e pecuárias;
- Aprimorar e fortalecer o sistema de armazenagem para a produção rural;
- Fortalecer as cooperativas do setor agropecuário;
- Fortalecer a produção de biocombustíveis.







2

Crédito Rural

2. Crédito Rural

Nesta safra serão destinados R\$ 100 bilhões para a agricultura comercial. Um aumento de 8% em comparação com a safra passada. Recursos oferecidos a juros controlados, para operações de custeio e de comercialização, constituem o maior aumento no volume total do crédito: R\$ 75,6 bilhões – 14% a mais do que em 2009/2010. Principais medidas para o crédito rural na safra 2010/2011:

- Elevação no crédito para a agricultura comercial;
- Aumento nos limites de financiamento em operações de custeio e comercialização;
- Ações de incentivo à Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que resulta em menor emissão de gases causadores do efeito estufa;
- Incentivo ao médio produtor rural, com a criação de um programa especificamente voltado para esse público: o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), que manterá as políticas do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural);
- Aumento dos limites de financiamento de custeio para os médios produtores;
- Direcionamento de recursos obrigatórios dos depósitos à vista para o Pronamp;
- Incentivo à construção e à adequação de armazéns na fazenda, por meio de elevação de limite de crédito em programas de investimento, aumento do prazo de reembolso e maior volume de recursos.

Além disso, o Governo Federal prevê R\$ 16 bilhões para a agricultura familiar.

Agricultura comercial: R\$ 100 bilhões (aumento de 8%)

Crédito Rural – Safra 2010/2011

Em R\$ bilhões

Financiamento	2009/10	2010/11	Varição (%)
Custeio e comercialização	66,2	75,6	14
- Juros controlados	54,2	60,7	12
- Juros livres	12	14,9	24
Investimento	14	18	29
Linhas especiais	12,3	6,4	- 48
Total	92,5	100	8

2.1 Programas de Investimento

Para as operações de investimento foram disponibilizados R\$ 18 bilhões – 29% a mais do que na safra passada. Além do aumento do volume de recursos e do limite de crédito para programas de investimento, um maior apoio ao médio agricultor, à produção sustentável e à armazenagem são medidas que merecem destaque.

Foram destinados, para investimento:

- R\$ 2 bilhões para a Agricultura de Baixo Carbono (ABC);
- R\$ 1 bilhão para o Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa).
- R\$ 1 bilhão para o Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra);
- R\$ 2 bilhões para o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop);
- R\$ 2 bilhões para o Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap-Agro).

Para garantir a continuidade dos financiamentos na transição entre um ano safra e outro, o Governo continua a permitir que programas com saldo de recursos possam atender aos produtores que buscam financiamento neste período.

Investimento: volume de recursos por programa

Programa/Fontes	Recursos Programados (R\$ Milhões)		Limite de crédito (R\$ mil)	Prazo máximo (anos)	Carência (anos)	Taxa de juros (% ao ano)
	2009/10	2010/11				
ABC	-	2.000	1.000	12	3	5,5
Moderinfra	500	1.000	1.300 ⁽¹⁾	12	3	6,75
Moderagro ⁽²⁾	850	850	300	8 ou 10	3	6,75
Propflora	150	150	300	4, 12 ou 15 ⁽³⁾	⁽⁴⁾	6,75
Produsa	1.500	1.000	300 ou 400	5 a 12 ⁽⁵⁾	2, 3 ou 6 ⁽⁶⁾	6,75 ou 5,75 ⁽⁷⁾
Prodecoop	2.000	2.000	50.000 ⁽⁸⁾	12	3	6,75
Moderfrota	2.000	1.000	-	4, 6 ou 8 ⁽⁹⁾	Sem carência	9,5
Pronamp	1.500	1.700	-	-	-	-
- Moderfrota	1.000	500	-	4, 6 ou 8	Sem carência	7,5
- Outros investimentos	500	1.200	200	8	3	6,25
Procap-Agro	2.000	2.000	50.000	6	2	6,75

(Continua)

Programa	Recursos Programados (R\$ Milhões)		Limite de crédito (R\$ mil)	Prazo máximo (anos)	Carência (anos)	Taxa de juros (% ao ano)
	2009/10	2010/11				
Fundos Constitucionais	3.500	2.450	-	-	-	5 a 8,5 ⁽¹⁰⁾
Poupança Rural	-	1.000	de 300 a 1.300	-	-	6,75
Outras Fontes ⁽¹¹⁾	-	2.900	-	-	-	-
Total Geral	14.000	18.050	-	-	-	-

Fonte: SPA/Mapa.

⁽¹⁾ Para financiamento coletivo, o limite de crédito é de R\$ 4 milhões.

⁽²⁾ Crédito individual: até R\$ 600 mil, respeitando o limite de R\$ 300 mil por modalidade discriminada nas condições do programa. Quando se tratar de financiamento para reposição de matrizes bovinas ou bubalinas no âmbito do PNCEBT, o limite de crédito é de até R\$ 120 mil por beneficiário e de até R\$ 3 mil por animal. Crédito coletivo de até R\$ 900 mil por modalidade, respeitado o limite individual por participante. Prazo de até dez anos quando se tratar de projetos referentes à suinocultura e à avicultura.

⁽³⁾ O prazo de até quatro anos refere-se a financiamentos para a implantação de viveiros de mudas florestais. O prazo pode ser estendido a até 15 anos conforme a espécie florestal.

⁽⁴⁾ Carência de seis meses, a partir da data do primeiro corte, limitada a oito anos, quando se tratar de projetos para implantação e manutenção de florestas destinadas ao uso industrial e a projetos de produção de madeira destinada à queima no processo de secagem de produtos agrícolas e à produção de carvão vegetal. Carência de um ano, a partir da data de contratação, quando se tratar de projetos para recomposição e manutenção de áreas de preservação e reserva florestal legal. Para implantação de viveiros de mudas florestais, a carência é de até 18 meses. Carência de até seis anos para implantação de florestas de dendezeiro.

⁽⁵⁾ Até cinco anos quando se tratar apenas de correção de solo. Até oito anos para investimentos em solos, equipamentos, benfeitorias etc. Até 12 anos para investimentos voltados para implantação de sistemas produtivos integração lavoura-pecuária-silvicultura (ILPS), quando o componente florestal estiver presente, e para a implantação de florestas de dendezeiro.

⁽⁶⁾ A carência de até dois anos se refere a financiamentos destinados somente à correção de solos. A carência de seis anos se refere à implantação de florestas de dendezeiro.

⁽⁷⁾ A taxa de 5,75% ao ano será aplicada quando se tratar de projeto destinado à recuperação de áreas produtivas degradadas, inclusive com pastagens, desde que obedecidos os pré-requisitos do programa.

⁽⁸⁾ No financiamento a cooperativas centrais para aplicação em projetos de industrialização de produtos prontos para o consumo humano, esse limite pode ser elevado para até R\$ 200 milhões.

⁽⁹⁾ Até quatro anos para itens usados, seis anos para tratores e oito para colheitadeiras.

⁽¹⁰⁾ Será concedido bônus de adimplência de 15% sobre os juros. No caso do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o bônus será de 25% para financiamento na região do semiárido nordestino.

⁽¹¹⁾ Recursos obrigatórios (MCR 6-2), Recursos livres (6-3) e Recursos externos (63 Rural).

Agricultura de Baixo Carbono (ABC)

Ao novo programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) foram destinados R\$ 2 bilhões para financiar práticas adequadas, tecnologias adaptadas e sistemas produtivos eficientes que contribuam para a mitigação da emissão dos gases de efeito estufa.

O programa financia a implantação e ampliação de sistemas de integração de agricultura com pecuária ou de integração lavoura-pecuária-florestas, correção, adubação e implantação de práticas conservacionistas de solos, implantação e manutenção de florestas comerciais, recomposição de áreas de preservação ou de reservas florestais e outras práticas que envolvem uma produção sustentável e direcionada para uma baixa emissão de gases causadores do efeito estufa.

Produsa

O Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio (Produsa) visa estimular a recuperação de áreas destinadas à produção agropecuária que, embora ainda produtivas, oferecem desempenho abaixo da média devido à deterioração física ou à baixa fertilidade do solo. Na safra 2010/2011, o Produsa dispõe de R\$ 1 bilhão.

Pronamp

O desempenho do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural), cuja aplicação de recursos aumentou mais de cinco vezes em relação à safra passada, teve como resultado a conversão para um novo programa especialmente voltado para o médio produtor rural: o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). Esse novo programa coloca o médio produtor rural como prioridade e conta com R\$ 5,65 bilhões.

Moderinfra

Para que seja ampliada a capacidade de armazenamento nas propriedades rurais, o Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra) concede maior limite de financiamento, com maior prazo de pagamento. Para este programa, o volume de recursos dobrou, passando de R\$ 500 milhões para R\$ 1 bilhão.

Prodecoop

Para aumentar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização, o volume de recursos alocados é de R\$ 2 bilhões.

Produção sustentável no campo

Agricultura de Baixo Carbono (ABC)

O programa ABC foi criado para que a agropecuária brasileira conte com uma série de alternativas tecnológicas para minimizar a emissão dos gases de efeito estufa. O ABC visa dar ao produtor rural condições para que ele realize os investimentos necessários e incorpore essas tecnologias ao longo do processo produtivo. Foram alocados R\$ 2 bilhões para este programa.

Também são objetivos do programa ABC:

- Estimular a redução do desmatamento de florestas nos próximos anos, sobretudo no Bioma Amazônia, mediante a ampliação das atividades agropecuária e agroflorestal em áreas degradadas ou em processo de recuperação;
- Incentivar a implantação de sistemas produtivos sustentáveis, priorizando a recuperação de áreas e pastagens degradadas, o plantio direto na palha e o plantio de florestas, o sistema de integração lavoura-pecuária-florestas e a substituição do uso de fertilizantes nitrogenados pela fixação biológica do nitrogênio no próprio processo de produção de alimentos;
- Estimular a implantação de sistemas produtivos ambientalmente sustentáveis e medidas que visam ao aproveitamento de resíduos vegetais.

Produtores rurais e suas cooperativas contam com um limite de financiamento por beneficiário de R\$ 1 milhão e taxas de juros de 5,5 % ao ano. O prazo de reembolso é de 12 anos.

Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa)

Na safra 2010/2011, o Produsa passa a incluir a cultura da palma (dendê) entre os itens financiáveis, quando cultivado em áreas degradadas, com taxa de juros de 5,75% ao ano e prazo de financiamento de até 12 anos, com carência de até seis anos.

Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora)

Permitindo financiar a implantação de florestas e a recomposição das áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, este programa tem, na safra 2010/2011, seu limite de financiamento elevado para R\$ 300 mil e o prazo de reembolso estendido para até 15 anos, conforme a espécie a ser plantada.

Apoio ao médio produtor

Contando com R\$ 5,65 bilhões nesta safra, o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) oferece ao produtor rural de médio porte melhores condições para financiamento e custeio. O limite de financiamento de custeio foi elevado de R\$ 250 mil para R\$ 275 mil. Ficam mantidos o limite de R\$ 200 mil para investimento, bem como os outros benefícios contemplados pelo Proger na safra anterior.

Pronamp – Condições de Financiamento

Especificação	2010/11
1. Volume de recursos ⁽¹⁾ (R\$ bilhões)	5,65
2. Renda bruta anual (R\$ mil)	500
3. Limite de financiamento para custeio (R\$ mil)	275 ⁽²⁾
4. Taxa de juros (% ao ano)	6,25
5. Rebate sobre a renda bruta anual (%)	20 ⁽³⁾ , 40 ⁽⁴⁾ , 80 ⁽⁵⁾
6. Crédito rotativo (R\$ mil)	50

Fonte: SPA/Mapa.

⁽¹⁾ Para custeio e investimento.

⁽²⁾ Para operações de investimento o limite é de R\$ 200 mil.

⁽³⁾ Ovinocaprinocultura, aquicultura, sericultura, fruticultura, café e cana-de-açúcar.

⁽⁴⁾ Avicultura e suinocultura não integrada, floricultura, pecuária leiteira e olericultura.

⁽⁵⁾ Avicultura e suinocultura integrada ou em parceria com a agroindústria.

Incentivo à armazenagem

O Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011, visando a uma melhor rede de armazenagem da produção rural brasileira, estabelece medidas para incentivar a construção, a manutenção e a adequação de armazéns na fazenda. Essas medidas envolvem dois programas de investimento: o Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra) e o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop).

Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra)

Para que seja ampliada a capacidade de armazenamento nas propriedades rurais, o Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra) permite a concessão de até R\$ 1,3 milhão por empreendimento individual e R\$ 4 milhões para empreendimentos coletivos, quando se tratar de projeto de armazenagem. O prazo de reembolso aumentou para 12 anos.

A partir desta safra, será permitido o financiamento de unidades armazenadoras localizadas em área urbana, desde que sua capacidade de armazenagem seja proporcional à produção agropecuária do beneficiário e a logística de transporte e de armazenagem seja adequada.

Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop)

Este programa também apoia projetos de armazenagem de cooperativas.

Políticas para as cooperativas de produção agropecuária

Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro)

As cooperativas de produção agropecuária, pesqueiras e aquícolas contam com recursos para a recuperação ou a reestruturação patrimonial por meio do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro).

Para a integralização de cotas-partes, o limite de crédito é de R\$ 40 mil por associado, desde que não ultrapasse o limite de R\$ 50 milhões por cooperativa. Para capital de giro, o limite é de R\$ 50 milhões por cooperativa, descontado o valor de financiamento para integralização de cotas-partes. Os juros são de 6,75% ao ano e o prazo de pagamento é de até seis anos, incluídos até dois anos de carência.

Para a safra 2010/2011 foi estendida a possibilidade de concessão de crédito para capital de giro e saneamento financeiro, beneficiando tanto cooperativas singulares quanto as centrais. Nesta safra, são alocados R\$ 2 bilhões para o Procap-Agro.

Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop)

O Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) visa incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização, contando com crédito para o financiamento de capital de giro e investimento.

Nesta safra, o Prodecoop passa a contemplar a possibilidade de projetos para a integração de cooperativas na industrialização de produtos prontos para o consumo humano, processados e embalados, agregando valor e alavancando eficiência e a capacidade produtiva do sistema cooperativo. São destinados R\$ 2 bilhões para o Prodecoop no ciclo 2010/2011.

2.2 Custeio e Comercialização

O crédito para o custeio e a comercialização, na safra 2010/2011, é de R\$ 75 bilhões, dos quais R\$ 60,7 bilhões são ofertados a juros controlados (com taxa fixa de 6,75% ao ano).

Para 2010/2011 foi ampliado o limite para operações de Empréstimo do Governo Federal (EGF) para as agroindústrias, passando de R\$ 20 milhões para R\$ 30 milhões.

Limites de adiantamento de custeio e de EGF ⁽¹⁾ por produtor

Limites vigentes na safra 2009/2010 (R\$ mil)	Produtos	Limites para a safra 2010/2011 (R\$ mil)
600	Algodão, frutas ou milho, ou para lavouras irrigadas de arroz, feijão, mandioca, soja, sorgo ou trigo.	650
450	Amendoim ou café ⁽²⁾ ou para lavouras não irrigadas de arroz, feijão, mandioca, soja, sorgo ou trigo.	500
250	Cana-de-açúcar, pecuária bovina e bubalina, leiteira ou de corte, e para avicultura e suinocultura exploradas em sistemas que não o de parceria.	275
170	Demais produtos.	200

Fonte: SPA/Mapa.

⁽¹⁾ O EGF está vinculado a produtos cujo preço mínimo foi definido pelo Governo Federal (ver tabela no capítulo 3).

⁽²⁾ No limite de R\$ 500 mil, para o custeio de café, consideram-se os valores de financiamentos tomados pelo mutuário na mesma safra com recursos do Funcafé destinados a tratamentos culturais e colheita.

Nesta safra, uma Linha Especial de Crédito (LEC) vai atender a produtores rurais, cooperativas de produtores rurais, beneficiadores e agroindústrias que beneficiem ou industrializem maçã, pêssego, manga, mamão, abacaxi, maracujá, goiaba, banana, mel, lã ovina, leite de ovelha e leite de cabra.

A linha de crédito destinada ao Financiamento para Aquisição de Café (FAC), com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), tem novo limite de crédito que corresponde a 50% da capacidade anual de beneficiamento ou industrialização, limitado a R\$ 20 milhões.





3

**Apoio à
Comercialização**

3. Apoio à Comercialização

Para garantir os preços mínimos aos produtores, está programado o aporte orçamentário de R\$ 5,2 bilhões, o que permitirá a aplicação dos instrumentos de equalização de preços, aquisição direta dos produtores, além da oferta de contratos públicos e privados de opção de venda. Essas operações reduzem a volatilidade de preços e viabilizam a melhoria na renda do produtor.

Preços Mínimos

Diante da relativa estabilidade econômica nesse período, os valores dos preços mínimos são mantidos, garantindo aos produtores preços ajustados aos custos variáveis das culturas. É relevante ressaltar que o crescimento da produtividade nas principais culturas gerou redução no custo médio, o que permitiu melhor sintonia dos preços mínimos com os recebidos pelos produtores, garantindo a manutenção da renda agrícola.

Nesta safra, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento prossegue com a política de garantia de preços aos produtores extrativistas de açaí, babaçu, borracha natural, castanha-do-Brasil, pequi, piaçava e pó cerífero de carnaúba, viabilizando, com isso, uma melhoria na renda desses produtores e um desenvolvimento sustentável nas regiões envolvidas.

Preços Mínimos - Safras de Verão e de Produtos Regionais e das Regiões Norte e Nordeste - R\$/unidade

Produtos	Regiões e Estados Amparados	Unidade	Tipo/Classe Básico	Preço Mínimo	Início de Vigência
Algodão em caroço	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	15 kg	-	15,60	Jan/2011
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)				Jul/2011
Algodão em pluma	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	15 kg	Tipo SLM 41.4	44,60	Jan/2011
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)				Jul/2011
Alho	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	kg	T5-Extra	2,20	Jul/2010
Amendoim	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	25 kg	-	18,07	Jan/2011
Arroz longo fino em casca	Sul (exceto PR)	50 kg	Tipo 1-58/10	25,80	Jan/2011
	Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR	60 kg		30,96	
	Norte e MT			28,23	
Arroz longo em casca	Sul (exceto PR)	50 kg	Tipo 2-55/13	18,90	Jan/2011
	Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR	60 kg		18,90	
	Norte e MT			21,66	
Borracha natural	Todo o território nacional	kg	-	1,53	Jan/2011
Café Arábica	Todo o território nacional	60 kg	tipo 6	261,69	Mai/2010
Café Robusta	Todo o território nacional	60 kg	tipo 7	156,57	
Caroço de algodão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	15 kg	-	2,57	Jan/2011
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)				Jul/2011
Castanha de caju	Norte e Nordeste	kg	Único	1,20	Jul/2010

(Continua)

Produtos	Regiões e Estados Amparados	Unidade	Tipo/Classe Básico	Preço Mínimo	Início de Vigência
Castanha do Brasil em casca	Norte	hl	-	52,49	Jan/2011
Castanha do Brasil beneficiada		kg		2,49	Jan/2012
Casulo de seda	PR e SP	kg	15% Seda	5,56	Jul/2010
Cera de carnaúba	Nordeste	kg	Tipo 4	6,59	Jul/2010
Farinha de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	50 kg	Fina T3	25,67	Jan/2011
	Norte e Nordeste			28,67	
Fécula de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	kg	Tipo 2	0,69	Jan/2011
Goma/Polvilho	Norte e Nordeste	kg	Classificada	0,86	Jan/2011
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	60 kg	Tipo 2	80,00	Nov/2010
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)				Jan/2011
Feijão macaçar	Norte e Nordeste	60 kg	-	53,00	Jan/2011
Guaraná	Norte, Nordeste e Centro-Oeste	kg	Tipo 1	8,92	Jul/2010
Juta/Malva embonecada	Norte e MA	kg	Tipo 2	1,20	Jan/2011
Juta/Malva prensada		kg		1,41	

(Continua)

Produtos	Regiões e Estados Amparados	Unidade	Tipo/Classe Básico	Preço Mínimo	Início de Vigência
Leite	Sul e Sudeste	l	-	0,54	Jul/2010
	MS, GO e DF			0,52	
	Norte e MT			0,47	
	Nordeste			0,54	
Mamona em baga	Norte, Nordeste, GO, MT, MG e SP	60 kg	Único	40,65	Jul/2011
Milho	Sul, Sudeste, MS, GO e DF	60 kg	Único	17,46	Jan/2011
	MT e RO			13,98	Jul/2011
	Norte (exceto RO) e Nordeste			20,10	
Milho pipoca	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	kg	-	0,53	Jan/2011
Pó cerífero	Nordeste	kg	Tipo A	4,00	Jul/2010
Raiz de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	t	-	110,82	Jan/2011
	Norte e Nordeste			117,35	
Sisal	BA, PB e RN	kg	SLG	1,04	Jul/2010
Soja	Brasil (exceto MT, RO, AM, PA, AC)	60 kg	-	25,11	Jan/2011
	MT, RO, AM, PA e AC		-	20,09	
Sorgo	Sul, Sudeste, MS, GO e DF	60 kg	Único	13,98	Jan/2011
	MT e RO			11,16	
	Norte (exceto RO) e Nordeste			19,00	Jul/2011
Uva	Sul, Sudeste e Nordeste	kg	15º Grau Glucométrico	0,46	Fev/2010

Preços Mínimos para sementes - Safras de Verão e de Produtos Regionais e das Regiões Norte e Nordeste - R\$/kg

Produtos	Regiões e Estados Amparados	Preços Mínimos		Início de Vigência
		Grãos	Sementes ⁽¹⁾	
Algodão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA - Sul	0,1713	0,7474	Jan/2011
	Norte e Nordeste (exceto BA - Sul)			Jul/2011
Amendoim	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	0,7228	2,4064	Jan/2011
Arroz longo fino	Todo o território nacional	0,5160	0,9762	Jan/2011
Arroz longo		0,3610	0,6829	
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA - Sul	1,3333	2,5451	Nov/2010
	Norte e Nordeste (exceto BA - Sul)			Jan/2011
Feijão macaçar	Norte e Nordeste	0,8833	1,4806	Jan/2011
Juta/Malva	Norte e MA	-	4,7377	Jan/2011
Milho híbrido	Sul, Sudeste, MS, GO e DF	0,2910	1,7288	Jan/2011
	MT e RO	0,2330	1,3842	
	Norte (exceto RO) e Nordeste	0,3350	1,9902	
Milho variedade	Sul, Sudeste, MS, GO e DF	0,2910	0,9608	Jan/2011
	MT e RO	0,2330	0,7693	
	Norte (exceto RO) e Nordeste	0,3350	1,1061	
Soja	Todo o território nacional	0,4185	0,9627	Jan/2011
Sorgo híbrido	Sul, Sudeste, MS, GO e DF	0,2330	1,3842	Jan/2011
	MT e RO	0,1860	1,1050	
	Norte (exceto RO) e Nordeste	0,3167	1,8813	
Sorgo variedade	Sul, Sudeste, MS, GO e DF	0,2330	1,3842	Jan/2011
	MT e RO	0,1860	1,1050	
	Norte (exceto RO) e Nordeste	0,3167	1,8813	

⁽¹⁾ Genética, básica e certificada, S1 e S2, de acordo com o artigo 35 do Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003.

Preços mínimos - Produtos Extrativos Safra - R\$/unidade

Produtos	Unidades da Federação/ Regiões Amparadas	Unidade	Tipo/Classe e Básico	Preços Mínimos	Início de Vigência
Açaí	Norte, Nordeste e MT	kg	-	0,61	Jul/2010
Babaçu (amêndoa)	Norte, Nordeste e MT	kg	-	1,46	
Borracha natural	Bioma Amazônia	kg	-	3,50	
Castanha-do- Brasil com casca	Norte e MT	hl	-	52,49	
Pequi (fruto)	Norte e Nordeste	kg	-	0,21	
	Sudeste e Centro-Oeste		-	0,31	
Piaçava (fibra)	Bahia	kg	-	1,67	
	Amazonas		-	1,07	
Pó Cerífero	Nordeste	kg	Tipo A	4,00	





4

Avanços na Gestão de Risco Rural

4. Avanços na Gestão de Risco Rural

O excelente desempenho alcançado com a política de minimização de riscos no setor agropecuário é uma conquista a ser preservada na safra 2010/2011. Diante do elevado risco de perdas por adversidades climáticas nas lavouras e da necessidade de ampliar o acesso dos produtores a mecanismos de proteção, o Governo Federal tem se esforçado para que esses riscos sejam minimizados e administrados com eficiência.

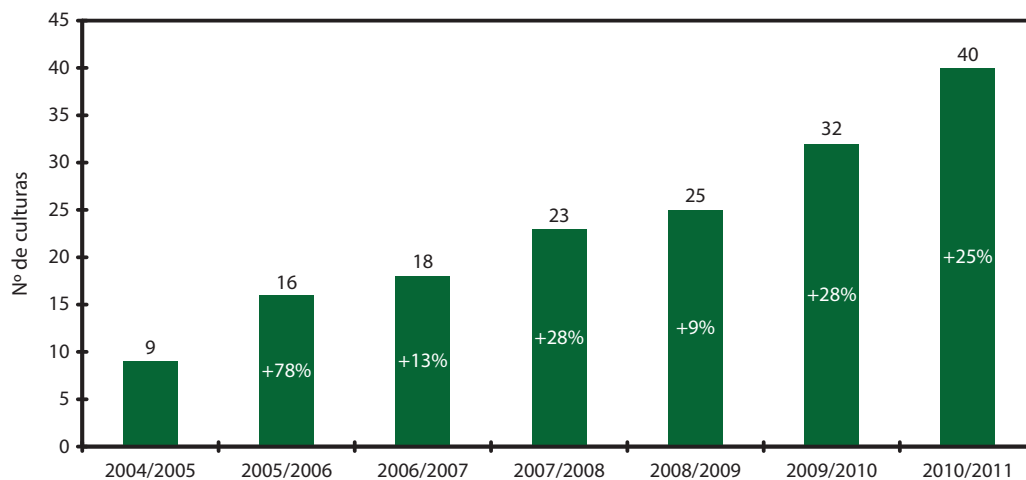
Nesse sentido, duas ferramentas que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento disponibiliza, e vêm sendo cada vez mais utilizadas, são o Zoneamento Agrícola de Risco Climático e o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

4.1 Zoneamento Agrícola de Risco Climático

Os estudos de zoneamento, divulgados pelo Ministério, permitem ao produtor decidir sobre qual cultura plantar, em que período e em que localidade, com menor exposição a eventos climáticos adversos nas fases mais sensíveis das lavouras. Essa ferramenta indica para o produtor uma probabilidade de sucesso de oito em cada dez safras. Para ser beneficiado pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), pelo Proagro Mais e pela subvenção federal ao prêmio do seguro rural, o produtor tem que observar as recomendações do zoneamento.

O número de culturas contempladas pelo zoneamento tem crescido continuamente e deve chegar a 40 na safra 2010/2011, representando 25% a mais do que na safra anterior.

Total de Culturas Contempladas com Estudos de Zoneamento Agrícola de Risco Climático



Fonte: SPA/Mapa

4.2 Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)

Pagando parte do prêmio do seguro rural, o Governo viabiliza e incentiva os produtores a contratarem essa modalidade de garantia. Sem esse benefício e diante do alto custo das apólices, fixado em função do risco da atividade que se propõe a garantir, o acesso ao seguro rural seria impeditivo para muitos produtores.

Com a contratação de seguro rural, os produtores serão indenizados pelas perdas causadas por intempéries climáticas, incêndios ou outros acidentes nominados nas apólices, contando com recursos para retomar suas atividades na safra subsequente.

Em 2009, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) beneficiou 56,3 mil produtores, garantindo capitais da ordem de R\$ 9,7 bilhões e proporcionando cobertura para uma área de 6,7 milhões de hectares de lavouras (11% da área ocupada pela agricultura brasileira).

Desempenho do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)

EVOLUÇÃO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL					
	2005	2006	2007	2008	2009
Número de Apólices	849	21.779	31.637	60.120	72.737
Número de Produtores	849	16.653	27.846	43.642	56.306
Subvenção Concedida	2.314.919	31.122.161	60.961.992	157.544.950	259.610.965
Área Segurada	68.148	1.560.549	2.276.245	4.762.902	6.669.296
Capital Segurado	126.637.756	2.869.326.074	2.706.036.105	7.209.176.951	9.684.244.863
Prêmio Arrecadado	8.684.372	71.119.310	127.741.170	324.744.319	477.785.800

Fonte: SPA/Mapa

No momento de lançamento deste Plano Agrícola e Pecuário, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, já aprovado na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar nº 374/2008, que tem por objetivo a instituição de um mecanismo de cobertura suplementar às seguradoras e resseguradoras a ser utilizado no pagamento de parte dos sinistros decorrentes de eventos climáticos considerados catastróficos.

Assim, no caso de um evento climático severo atingir, de forma generalizada, as lavouras seguradas de uma determinada região, o fundo pagará parte dos sinistros e evitará que as seguradoras tenham problemas de caixa e deixem de honrar os compromissos assumidos com os produtores rurais.

4.3 Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) visa liberar o produtor de obrigações financeiras em operações de crédito rural de custeio e indenizar os recursos próprios aplicados no empreendimento, caso sofra perdas de receitas por eventos climáticos adversos ou pragas e doenças sem método de combate, controle ou profilaxia difundidos.

A partir de 2009, com a divulgação do zoneamento de abacaxi, cacau, cana-de-açúcar, eucalipto, mamão, maracujá e pinus, os produtores dessas culturas puderam enquadrar suas lavouras no Proagro e, a partir da safra 2010/2011, podem ser enquadrados no programa os empreendimentos relativos às culturas de açaí, citrus, gergelim, milheto, palma forrageira, pimenta-do-reino e pupunha, cujas portarias devem ser divulgadas ao longo de 2010. Desde a safra 2004/2005, o Proagro, destinado a garantir as operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, passou a denominar-se Proagro Mais.





5

**Medidas de
Infraestructura**

5. Medidas de Infraestrutura

Logística e transportes

O avanço alcançado pela agropecuária brasileira tem exigido, cada vez mais, atenção em relação aos aspectos da infraestrutura disponível para o escoamento das safras e a internalização de insumos. Como medidas saneadoras e de incentivo, o Governo Federal está investindo maciçamente na construção de novas rodovias e ferrovias e criando condições para a implantação de hidrovias. Além disso, está modernizando e ampliando a capacidade operacional dos portos, de modo que os processos de exportação ocorram em curto espaço de tempo, dentro de uma logística mais adequada ao volume da produção destinada a esse tipo de operação.

Essas medidas estruturantes também visam diversificar e equalizar a matriz brasileira de transportes, reduzindo o custo da movimentação das cargas agrícolas e o consequente barateamento da produção agrícola, ocasionado pela integração dos modais e pelas diversas opções de transportes disponibilizadas ao produtor rural. Essa equalização, ainda pouco percebida no ano de 2009, tende a ser mais forte a partir de 2010, com a entrada em operação de importantes obras, a exemplo das eclusas de Tucuruí, que ampliam o trecho navegável no Rio Tocantins, consolidando umas das metas do Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011.

A consolidação do Corredor Centro-Norte de Exportação, com a utilização dos portos de Itacoatiara (AM), Santarém e Vila do Conde (PA) e Itaqui (MA), devidamente interligados às regiões produtoras por vias e modais de transportes adequados, reduz o custo despendido pelos produtores. Também diminui, em até nove dias, o tempo de navegação rumo aos mercados compradores, refletindo positivamente na competitividade dos produtos, na renda auferida pelo produtor e no desenvolvimento da região, que participa com 30% da produção brasileira de grãos destinados à exportação.

Os empreendimentos em execução estão contemplados no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Portos

As obras em execução do Programa Nacional de Dragagem para aprofundamento do canal de navegação e berços de atracação, para permitir a operação de navios com maior capacidade de carga, incidem na relação custo/benefício dos processos de importação e exportação de produtos.

Outras intervenções de recuperação e ampliação da capacidade operacional, especialmente nos portos das regiões Norte e Nordeste, tendem a descongestionar os portos do Sul e Sudeste, reduzindo as distâncias de movimentação das cargas destinadas à exportação.

Projeto Porto Sem Papel

Firmado entre a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Acordo de Cooperação Técnica viabilizará estudos e implantação de um sistema informatizado de dados produzidos nas atividades portuárias. As informações padronizadas das diversas autoridades intervenientes no processo serão automatizadas, melhorando a capacidade de planejamento e gestão, com maior agilidade e segurança nas operações de comércio exterior.

Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras

Com o início da vigência do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, fica assegurado um salto de qualidade nessa atividade, em todos os aspectos, emprestando maior credibilidade ao produto agrícola nacional. A melhoria dos processos de manejo e conservação garante a manutenção das características originais dos produtos entregues aos depósitos, com a qualidade exigida pelos mercados internacionais. A certificação agrega valor ao setor agrícola, com reflexos positivos na balança comercial brasileira.





6

Medidas Setoriais

6. Medidas Setoriais

Políticas para o setor frutícola

Políticas de crédito

Além de dispor de linhas de crédito para investimento e custeio, foi aprovada uma Linha Especial de Crédito (LEC) para auxiliar a comercialização de diversas frutas como abacaxi, banana, goiaba, maçã, mamão, manga, maracujá e pêssego. Por meio da LEC é possível financiar a estocagem das frutas em forma de produtos processados e evitar picos de oferta e baixos preços. A LEC também incentiva a agroindustrialização no setor, facilitando o acesso a novos mercados externos.

Gestão do risco rural

Mais de 30 culturas frutíferas estão contempladas pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. O Governo Federal participa do seguro pagando uma parte do prêmio que, no caso das frutíferas, pode ser de 40% ou 60%, dependendo da cultura.

Coordenação das cadeias produtivas

Atualmente, 25 câmaras setoriais e seis câmaras temáticas estão em atividade, das quais três são do setor frutícola: a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Vitivinicultura, a da Citricultura e a da Fruticultura.

Florestas plantadas

O setor de florestas plantadas é estratégico para o País: o Brasil possui vantagens em relação a outros países produtores de florestas. Tem potencial para a expansão da produção de derivados da floresta, com destaque para a celulose e o carvão vegetal, ao mesmo tempo em que pode mitigar problemas ambientais com o aumento da área de florestas plantadas no País, dos quais destacam-se: ocupação de áreas degradadas, fixação de gases de efeito estufa e diminuição da pressão sobre florestas primárias.

Atento a esse setor, o Plano Agrícola e Pecuário apresenta o programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), com linhas de financiamento para investimento em projetos de integração lavoura-pecuária-floresta, além do Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio (Pro-dua) e do Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora).

Ações para o agronegócio café

Financiamento da cafeicultura

São destinados até R\$ 2,08 bilhões do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para a safra de café 2010/2011. Para as linhas de financiamento previstas na Resolução CMN nº 3.856, são destinados R\$ 313 milhões para custeio, R\$ 522 milhões para colheita, R\$ 940 milhões para estocagem e R\$ 313 milhões para Aquisição de Café (FAC).

Os beneficiários das linhas de custeio e de colheita são cafeicultores, em financiamentos contratados diretamente ou mediante repasse por suas cooperativas, sendo que a estocagem admite também cooperativas de produtores rurais, no caso de produção própria. Já as indústrias torrefadoras de café, beneficiadores e exportadores são beneficiários dos recursos destinados ao FAC.

Pesquisa e Desenvolvimento do Café

O Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café), coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), é executado no âmbito do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), que congrega cerca de 60 instituições de pesquisa, ensino, extensão e empresas privadas no País. Ele tem o objetivo de desenvolver estudos, pesquisas e atividades capazes de dar sustentação tecnológica e econômica ao agronegócio café, no sentido de expandir e consolidar a capacidade de identificar problemas e gerar alternativas tecnológicas.

Os vários projetos de pesquisa realizados anualmente pelos pesquisadores do CBP&D/Café contemplam toda a cadeia de produção cafeeira, no campo ou na indústria, bem como os efeitos da bebida na saúde humana. Os pequenos agricultores e agroindustriais e aqueles que produzem em base familiar também são contemplados pelas pesquisas. Para 2010, está previsto para o PNP&D/Café, no orçamento aprovado do Funcafé, o montante de R\$ 15 milhões, sob a forma de descentralização de crédito, para que a Embrapa possa cumprir a programação em andamento e os projetos novos a serem contratados nesse período.

Publicidade e Promoção dos Cafés do Brasil

Em 2010, por intermédio do Funcafé, deverão ser investidos R\$ 10 milhões em publicidade no País e R\$ 5 milhões em promoção dos Cafés do Brasil no País e exterior.

Agroenergia

A agroenergia vem ocupando espaço crescente na matriz energética nacional. A cana-de-açúcar se consolidou como a segunda fonte mais importante, respondendo por 17% da oferta interna de energia, atrás apenas do petróleo. O carvão e a lenha representam outros 12%. Além disso, o biodiesel cresce como nova alternativa e já substitui 5% de todo o diesel consumido no País.

O Governo Federal tem adotado importantes instrumentos para consolidar esse sucesso. Em 2009, foi publicado o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e em maio de 2010 foi lançado o Programa Nacional de Produção da Palma de Óleo, também conhecida como dendê. Esse programa teve como ponto de partida o zoneamento agroecológico, que priorizou as áreas antropizadas da Amazônia, a Zona da Mata Nordestina e a região litorânea entre o norte do Rio de Janeiro e o sul da Bahia.

O programa contempla a alteração de algumas regras do Producers e do Propflora, de forma a atender aos requisitos dessa cultura. Foram alterados o prazo, o período de carência e os limites de financiamento, de forma a melhor atender aos estabelecimentos de médio porte.

No âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, o Governo Federal vem fortalecendo os investimentos em capacitação, com prioridade para a oferta de cursos de especialização para técnicos agrícolas que atenderão os agricultores inseridos nas cadeias produtivas oleaginosas. Em 2010, deverão ser capacitados 350 técnicos, especialmente para atuar na Região Nordeste.

O Governo Federal apresenta neste plano o Programa de Financiamento à Estocagem de Etanol Combustível, em que estão sendo alocados R\$ 2,4 bilhões, com recursos do BNDES, com uma taxa de juros de 9% ao ano. Espera-se que esse programa contribua para a redução das flutuações sazonais de preço e para a formação de estoques de etanol, evitando riscos de desabastecimento durante a próxima entressafra.

Fertilizantes

Está em estudo, no Governo Federal, uma proposta de projeto de lei visando acelerar o processo de pesquisa, exploração e comercialização de minerais fertilizantes no território nacional. O projeto dispõe sobre a pesquisa e a exploração mineral de potássio e de fosfato no território nacional, cria a Companhia Nacional de Gestão da Pesquisa e da Produção de Fertilizantes Potássicos e Fosfatados (Conafe) e dá outras providências.

A ideia é criar uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (Mapa), que tenha por objetivo social a gestão da pesquisa pública e da produção de potássio e de fosfato no território nacional, notadamente nas áreas especiais de mineração, visando atender à demanda do setor agrícola nacional por fertilizantes potássicos e fosfatados.

A Conafe não executará diretamente as atividades de pesquisa e nem será responsável pela lavra, exploração, desenvolvimento, produção e comercialização de potássio e de fosfato, tampouco de outros minerais. Sua ação consistirá em apoiar o setor de mineração de potássio e de fosfato e fazer interface com o setor de produção de fertilizantes.

Cacau

Por intermédio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), o Ministério está desenvolvendo ações que visam aumentar a produção brasileira de cacau, borracha e palma de óleo (dendê) em bases sustentáveis. O objetivo é suprir a demanda interna, obter a autossuficiência e gerar excedentes para exportação. O aumento na produção de cacau traz consigo o grande desafio que é a produção de chocolate, especialmente com a utilização de cacau fino e indicação geográfica, como forma de agregar valor à produção brasileira.

A busca pelo aumento da produção e produtividade baseia-se na elevação da eficiência tecnológica da cacauicultura, por meio da agregação de novos conhecimentos científicos, fomentando a competitividade com o desenvolvimento de plantas resistentes à vassoura-de-bruxa (*Moniliophthora perniciosa*) e à monília (*Moniliophthora roreri*), além de resistência múltipla às outras doenças de importância econômica para a cultura do cacau.

No setor da agroenergia, a Ceplac trabalha para superar obstáculos para a utilização do óleo de palma como matéria-prima para a produção de biodiesel, mudas e acidez do óleo. O banco de germoplasma da palma de óleo (dendê) localizado no sul da Bahia está sendo ampliado e outro encontra-se em fase de implantação no estado do Pará. Ainda na Bahia, foi concluído o georrefenciamento de 1.609 propriedades produtoras de palma e 234 unidades artesanais de extração de óleo, o que permitirá difundir as boas práticas de manejo da lavoura e de processamento da palma. Duas microusinas e dois conjuntos de equipamentos de extração de óleo, adquiridos por meio de um convênio com a Petrobras, se encontram em fase de instalação na região Baixo Sul da Bahia para utilização como unidades-piloto e no treinamento dos produtores.



Mais informações nos bancos

Consulte:

www.agricultura.gov.br

Central de Relacionamento: 0800 704 1995

**Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento**



ISSN 1982-4033



Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

